

**ESCOLA DE ARTILHARIA DE COSTA E ANTIAÉREA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO NÍVEL LATO SENSU EM
OPERAÇÕES MILITARES DE DEFESA ANTIAÉREA E DEFESA DO LITORAL**

LEONARDO FERNANDES AMORIM DE LYRA

**ARTILHARIA DE COSTA: A EVOLUÇÃO BÉLICA EM PROL DA DEFESA DO
LITORAL BRASILEIRO**

**Rio de Janeiro
2019**

LEONARDO FERNANDES AMORIM DE LYRA

**ARTILHARIA DE COSTA: A EVOLUÇÃO BÉLICA EM PROL DA DEFESA DO
LITORAL BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea como requisito parcial para a obtenção do Grau Especialidade em Operações Militares de Defesa Antiaérea e Defesa do Litoral.

ORIENTADOR: Maj Art HAMILTON

**Rio de Janeiro
2019**



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DETMil
ESCOLA DE ARTILHARIA DE COSTA E ANTIAÉREA

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

COMUNICAÇÃO DO RESULTADO FINAL AO POSTULANTE (TCC)

LYRA, Leonardo Fernandes Amorim de (2ºT (FN)). Artilharia de Costa: A evolução bélica em prol da defesa do litoral brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no programa *lato sensu* como requisito parcial para obtenção do certificado de pós-graduação em Operações Militares de Defesa Antiaérea e Defesa do Litoral. Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea.

Orientador: HAMILTON MELLO VIEIRA / MAJOR / ARTILHARIA

Resultado do Exame do Trabalho de Conclusão de Curso: _____

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2019.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

HAMILTON MELLO VIEIRA/MAJOR/ARTILHARIA
PRESIDENTE

VINÍCIUS MARINHO ACOSTA/CAPITÃO / MATERIAL BÉLICO
MEMBRO

RODRIGO DOS SANTOS PEZZI/CAPITÃO/ARTILHARIA
MEMBRO

AGRADECIMENTOS

À minha família, por terem sempre sido o porto seguro nas diversas dificuldades encontradas na estrada da vida.

Aos meus companheiros de turma do Curso de Artilharia Antiaérea para oficiais, por terem me mostrado que sempre há espaço para evoluir pessoalmente e que sempre há motivos para melhorar o ambiente por onde passamos. Colaborando, direta e indiretamente, para a conclusão deste trabalho

Ao meu orientador, pelas correções oportunas e pela disponibilidade e dedicação.

ARTILHARIA DE COSTA: A EVOLUÇÃO BÉLICA EM PROL DA DEFESA DO LITORAL BRASILEIRO

Leonardo Fernandes Amorim de Lyra

Resumo: A evolução da Artilharia de Costa e das Fortificações deve ser ligada à secular necessidade do homem de procurar a paz pela sua antítese: a guerra. Para atingir seus objetivos, acompanhando a evolução da tecnologia, ele empregaria e construiria arquiteturas militares que lhe pudessem aumentar o poder de combate. Uma vez que os mares eram a maior via de circulação da economia mundial, os canhões se tornavam importantes peças no planejamento e na execução da defesa de um litoral. O trabalho é dividido em três capítulos, onde o primeiro capítulo aborda desde 1808, com a chegada da Família Real, passando pela independência em 1822, Guerra da Cisplatina, 1ª organização do Exército até chegar na Questão Christie, 1864, que evidenciou a grande necessidade de investimento em defesa do litoral. O segundo capítulo, evidencia que após os conflitos da Guerra do Paraguai novas reorganizações eram necessárias para o fino ajuste da Força Terrestre. Com a revolta da armada, na última década do século XIX, os canhões *Whitworth* mostraram total eficiência frente algumas belonaves da esquadra brasileira, adentrando o século XX observa-se que o descaso com as fortificações resultou, em 1903, na declaração de diversos canhões pertencentes às fortificações abandonadas. Tudo isso se dava pelo fato da análise e conclusão que o foco deveria ser dado a uma defesa móvel, a campanha de Canudos novamente evidenciou a necessidade de uma rearticulação da força, foi então que Hermes de Fonseca iniciou uma nova reorganização, ocasionando a construção da grande joia da arquitetura militar, o Forte de Copacabana. No terceiro capítulo, periodiza-se desde a declaração de guerra à Alemanha, em 1916, passando pelo sucesso da Missão Militar Francesa que possibilitou uma pequena modernização nos armamentos integrantes da defesa do litoral do país, até uma estagnação nas negociações de novas aquisições de materiais bélicos motivada pela 2ª GM. Passando ainda pela excelente negociação com a Alemanha que possibilitou a encomenda de canhões *Krupp*, não esquecendo os anos áureos da Artilharia de Costa, compreendido entre 1934 a 1938. Chegando na década de 50, observa-se a evolução na doutrina e conseqüentemente a confecção dos manuais relacionados a Artilharia de Costa, que não mais recebia prioridade de investimento pela Força. Foi então em 1960 que se encerra o trabalho, com a formação e construção da atual capital federal, Brasília-DF. Na intenção de alcançar os objetivos do trabalho e responder ao problema gerado, um capítulo de conclusão analisa perante os fatos explanados, durante os demais capítulos, a real eficiência das Fortificações e da Artilharia de Costa.

PALAVRAS-CHAVE: Artilharia de Costa, Canhões, Reorganização, Fortificações, Fortalezas

Abstract: The evolution of Costa's Artillery and Fortifications must be linked to man's secular need to seek peace for its antithesis: war. To achieve his goals, following the evolution of technology, he would employ and build military architectures that could increase his combat power. Since the seas were the major circulation route of the world economy, guns became important pieces in the planning and execution of coastal defense. The work is divided into three chapters, where the first chapter addresses since 1808, with the arrival of the Royal Family, going through independence in 1822, Cisplatina War, 1st Army organization until Christie Question, 1864, which highlighted the great need investment in coastal defense. The second chapter shows that after the conflicts of the Paraguayan War new reorganizations were necessary for the fine adjustment of the Earth Force. With the revolt of the armada in the last decade of the nineteenth century, the Whitworth guns showed total efficiency in front of some of the Brazilian squadron's aircraft. to abandoned fortifications. All this was due to the fact that the analysis and conclusion that the focus should be given to a mobile defense, Canudos campaign again highlighted the need for a rearticulation of the force, it was then that Hermes de Fonseca began a new reorganization, causing the construction of the Great jewel of military architecture, the Copacabana Fort. The third chapter runs from the declaration of war on Germany in 1916, through the success of the French Military Mission, which enabled a small modernization of the armaments of the country's coast defense, to a stagnation in negotiations of new acquisitions of war materials. motivated by the 2nd GM. Passing through the excellent negotiation with Germany that made it possible to order Krupp cannons, not forgetting the golden years of the Costa Artillery was in the period from 1934 to 1938. Arriving in the 50's, we observe the evolution in doctrine and consequently the confection. of the manuals related to Costa Artillery, which no longer received investment priority by the Force. It was then in 1960 that the work was completed, with the formation and construction of the current federal capital, Brasilia-DF. In order to achieve the objectives of the work and answer the problem generated, a concluding chapter analyzes the facts explained, during the remaining chapters, the real efficiency of the Fortifications and Artillery of Costa.

KEY WORDS: Coast Artillery, Cannons, Reorganization, Fortifications, Strongholds

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 METODOLOGIA	9
2.1 TEMA	9
2.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	10
2.3 QUESTÕES DE ESTUDO	10
2.4 OBJETIVOS	11
2.5 JUSTIFICATIVAS	11
2.6 CONTRIBUIÇÃO	12
2.7 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS	12
3 DA CHEGADA DA FAMÍLIA REAL ATÉ A QUESTÃO CHRISTIE.....	14
4 DAS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA DO PARAGUAI ATÉ A REORGANIZAÇÃO HERMES.....	22
5 DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL ATÉ A CRIAÇÃO DE BRASÍLIA.....	31
6 CONCLUSÃO.....	39
7 REFERÊNCIAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

No início do século XIX, a navegação marítima era o método mais conhecido e utilizado para se deslocar entre países que não compartilhavam de fronteiras terrestres. A imensidão dos oceanos formava o verdadeiro campo de atuação das grandes economias mundiais da época, sendo assim, a via por onde circulavam as grandes negociações. Considerando-se a melhor via de penetração para ampliação de mercado e de território, o mar tornava-se o cenário dos grandes Teatros de Operações envolvendo Forças Navais e Terrestres de diferentes nações.

No Brasil, desde a chegada da família Real, em 1808, a defesa do litoral já era assunto prioritário dos diversos planejamentos de defesa do país. No cenário bélico da época, encontravam-se os canhões como inovação tecnológica e eram utilizados tanto nos navios de guerra, como nas fortificações que executavam a defesa litoral do país. Vale ressaltar que a presença do Rei no Brasil trouxe, indiscutivelmente, grandes benefícios no campo militar.

Ao transcorrer desse trabalho, será explanado como a evolução bélica no cenário mundial possibilitou a defesa do litoral brasileiro – com canhões dos mais diversos calibres – nos diversos períodos da história de formação do país. Esses períodos históricos englobam e nos retratam, desde a vinda da família real para o Brasil até a inauguração de Brasília, em meados do ano de 1960.

A soberania nacional nos teatros de operações onde as forças militares encontravam-se em combate, dependia de dois fatores muito importantes até os dias de hoje: inovação do material bélico e constante adestramento de tropas. Esse último, sempre possibilitou às forças militares o sucesso nos combates, pois, uma tropa sem preparo físico ou conhecimento técnico das táticas a serem empregadas não logravam êxito nos hostis cenários de conflitos da história. O fator que retrata ao desenvolvimento bélico abrange também as reformulações doutrinárias e estruturais que ocorreram no Brasil, como por exemplo, a primeira reorganização do Exército em 1824, a reorganização após a guerra do Paraguai, a reorganização Hermes em 1908, dentre outras que serão abordadas no decorrer do trabalho.

2 METODOLOGIA

2.1 TEMA

O tema central do presente trabalho foi delimitado ao estudo sobre a evolução do material bélico das fortificações e da Artilharia de Costa (A Cos) encontradas no litoral brasileiro, dando um enfoque maior no emprego dos meios nos planejamentos da defesa do litoral da cidade do Rio de Janeiro, capital do país durante o período a ser estudado. Assim, o tema está delimitado em objeto de estudo ao desenvolvimento bélico e às reorganizações da força terrestre do Brasil, no espaço, ao litoral brasileiro com enfoque no litoral da cidade carioca. Por fim, limitou-se no tempo ao período compreendido entre a vinda da família Real, 1808, e a criação de Brasília, 1960, que veio a se tornar a capital do país.

O presente estudo trata o tema, em um primeiro momento, sob a perspectiva histórica, tendo em vista que explana os conflitos ocorridos no período a ser estudado, as reorganizações da força militar e a evolução dos meios de Artilharia de Costa empregados nos antigos teatros de operação.

2.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A situação problematizada que norteou a pesquisa realizada questiona se, com a evolução dos principais materiais bélicos utilizados nas fortificações e empregados pela Artilharia de Costa, no período compreendido entre 1808 e 1960, a eficiência na defesa do litoral foi verificada.

2.3 QUESTÕES DE ESTUDO

Dentre os questionamentos levantados para o guiamento do presente estudo, destacam-se os seguintes:

- a. Quais foram as reorganizações no Exército Brasileiro no período entre 1808 e 1960?
- b. Quais foram os principais armamentos utilizados pela Artilharia de Costa no período entre 1808 e 1960?
- c. Quais foram os principais materiais bélicos empregados nas fortificações

brasileiras?

d. O que levou à desativação das fortificações encontradas no litoral brasileiro?

e. Qual é a importância da modernização do material bélico brasileiro para a manutenção da soberania nacional?

2.4 OBJETIVOS

Atrelado aos questionamentos apresentados e ao problema exposto, traçou-se que o objetivo geral de pesquisa foi de explicar a evolução da Artilharia de Costa desde a vinda da família Real portuguesa ao Brasil até o ano de 1960, sendo os objetivos específicos os que seguem:

- a. Apresentar os principais materiais utilizados nas fortificações brasileiras;
- b. Apresentar as possibilidades e limitações da Artilharia de Costa no período entre 1808 e 1960;
- c. Explicar o emprego da A Cos e das fortificações nos conflitos; e
- d. Apresentar os principais armamentos empregados pela A Cos.

2.5 JUSTIFICATIVA

As inovações tecnológicas e as necessidades advindas da guerra, caminham juntas no decorrer da história do mundo e, conseqüentemente, do Brasil. Desde o início do século XIX até meados do século XX, ocorreram diversos conflitos envolvendo diversas nações ao redor do planeta e a consequência não poderia ser outra, a evolução bélica.

Diante de tal evolução, observa-se o desenvolvimento bélico no âmbito das fortificações e da Artilharia de Costa brasileira. Com o objetivo de manter a soberania nacional e proteger o território de possíveis invasões, novos materiais e armamentos de artilharia foram produzidos e importados. Fortalecendo as fronteiras oceânicas e fluviais o as Forças Armadas do Brasil estariam assegurando a proteção das terras e do povo.

Nesse sentido, o presente trabalho justifica-se por promover uma discussão sobre a evolução da A Cos observada no período entre 1808 e 1960.

2.6 CONTRIBUIÇÃO

O trabalho pretende explanar conteúdos históricos que possibilitam retratar a evolução da A Cos e das fortificações tanto no âmbito desenvolvimento bélico quanto nas reorganizações da Força Terrestre (F Ter) com a finalidade de relembrar parte do acervo bélico encontrado no território brasileiro do início do século XIX até meados do século XX.

2.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à natureza, o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa do tipo aplicada, por ter por objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática, como suporte e fonte de dados, às análises sobre o tema, dentro dos limites estabelecidos em tempo e espaço. Para tanto, utiliza-se o método indutivo, por valer-se das observações dos casos particulares e buscar a generalização dos dados, respeitados os limites já citados.

Trata-se de estudo bibliográfico, uma vez que tem como método a leitura seletiva do material pesquisado, assim como sua revisão para a realização da análise dos dados levantados e a posterior síntese, com o intuito de formar uma nova literatura atualizada e relevante sobre o tema.

As principais fontes de pesquisa utilizadas no presente trabalho foram, em sua maioria, livros editados pela Biblioteca do Exército e artigos digitais encontrados nos sites de pesquisas atuais.

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira:

- a. O capítulo 3 apresenta desde a organização da F Ter com a chegada da família Real ao Brasil até a reviravolta do governo e da população em consequência dos fatos ocorridos no período, Questão Christie;
- b. No capítulo 4 é explanado desde as consequências da Guerra do Paraguai, passando por diferentes organizações do Exército, até a Reorganização Hermes;
- c. No capítulo 5 é abordado além do desenvolvimento dos meios de A Cos, a partir da primeira república, abrange a organização do Exército Brasileiro

- até a criação da atual capital do país, Brasília; e
- d. No capítulo 6 é realizado uma síntese das reorganizações que a F Ter sofreu nos períodos expostos anteriormente nos capítulos, buscando uma relação entre essas reorganizações e evolução dos materiais bélicos empregados pela A Cos no mesmo período com a eficiência da defesa do litoral.

Com o propósito de operacionalizar a pesquisa, foram adotados os procedimentos metodológicos descritos nos próximos parágrafos.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica visando a rever literatura que nos fornecesse dados oficiais, se disponíveis, sobre quais os armamentos e materiais de A Cos foram empregados pelo Exército Brasileiro no período entre 1808 e 1960. Acrescentando ainda, rever os acontecimentos que motivaram as reorganizações na instituição.

Em um segundo e último momento, a revisão das úteis literaturas possibilitaram relacionar como o desenvolvimento dos armamentos empregados pela Artilharia de Costa influenciou e possibilitou as reorganizações estruturais da Força Terrestre. Tal relação foi levada em consideração para a análise da desativação das fortificações encontradas no Brasil.

3 DA CHEGADA DA FAMÍLIA REAL ATÉ A QUESTÃO CHRISTIE

Neste capítulo, é explanado de forma sintetizada a evolução da Força Terrestre brasileira que caminhou em paralelo aos conflitos da época marcada pela chegada da família Real até a Questão Christie. No desenvolvimento do capítulo, é observado a criação de fortes e fortalezas com o intuito de atender, perfeitamente, o plano de defesa da capital, Rio de Janeiro.

Século antes da invenção do primeiro avião, o veículo que proporcionava o desbravamento de novos horizontes eram os navios. Por meio deles a economia mundial podia circular de continente a continente, criando na imensidão dos oceanos importantíssimas rotas de transporte das mais variáveis cargas. Porém, o fluxo nas vias marítimas não era devido somente ao comércio, grandes conflitos ocorreram tendo o mar como Teatro de Operações (TO) e é nesse contexto que se observa a atuação e emprego das Fortificações e da Artilharia de Costa na defesa do litoral brasileiro.

A partir do desembarque da Família Real portuguesa em solo brasileiro, algumas mudanças no setor de defesa foram notórias:

Por ocasião da chegada, em 1808, da Família Real portuguesa que para cá se transferiu tangida pela ameaça napoleônica a Portugal, o Rio de Janeiro apresentava razoáveis condições de defesa. Com a vinda da Família Real para o Brasil, em consequência dos acontecimentos desenrolados no continente europeu e que incidiram de forma grave em Portugal, e sendo o Rio de Janeiro a sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, foram nomeados, por decreto de 11 de março de 1808, os ministros encarregados desta parte da Monarquia, sendo os serviços distribuídos pelas três pastas: Reino, Marinha e Ultramar. (PAULA CIDADE, 1922)

Com a chegada do Rei ao Brasil e com a abertura dos Portos às Nações Amigas, a possibilidade de comerciar com a Europa se tornou uma realidade e fez despertar no império lusitano um grande interesse no controle dessa nova economia. Tendo em vista a crescente relevância que a colônia estava ganhando, Portugal enviava seus melhores engenheiros em expedição para construir edificações militares, conhecidas como Fortificações, no intuito de estabelecer a defesa do litoral contra possíveis ataques de forças inimigas. (FORTES, 2001)

Contra a possibilidade de ataque das forças napoleônicas, medidas para a defesa da cidade do Rio de Janeiro foram tomadas e Antunes *apud* Fortes (2001) menciona a existência de uma memória elaborada pelo Brigadeiro João Manuel da

Silva, grande engenheiro português que foi também autor do nivelamento da cidade, notável pela dedicação e motivação em estudar o terreno, a posição das fortalezas, suas deficiências e necessidades imediatas.

Ainda antes da independência, memórias e relatórios, explanam a defesa do Rio de Janeiro contra uma agressão vinda da parte de Fernando VII, Rei da Espanha, em 1819. Entre tais relatórios, encontra-se o do Tenente-General Francisco de Borja Gastão Stockler, estudioso e experimentado em assuntos de fortificação.

Entretanto, complicando-se nessa época a política externa do Brasil, em consequência das correrias e depredações realizadas pelo célebre José Artigas, que se intitulava Chefe do Orientais, obrigando a uma contínua e penosa vigilância na fronteira, onde, à frente de 5 mil homens de tropas brasileiras, o General Joaquim Xavier Curado já sustentava porfiada luta, que afinal terminou com a incorporação do Estado Oriental ao Brasil, com o nome de Província da Cisplatina, o governo mandou vir de Lisboa novos elementos e estes chegaram em 30 de março de 1816. Foram eles mandados vir por D. João para garantia dos limites do Brasil no Sul e constaram de uma divisão sob o comando do Tenente-General Carlos Frederico Lecor (posteriormente Visconde da Laguna), com um efetivo de 4.831 homens, divididos em duas brigadas, cada uma formada de dois batalhões de infantaria, um corpo de cavalaria e uma companhia de artilharia (com quatro peças). Essa divisão, então chamada de Voluntários d'El-Rey, seguiu para Santa Catarina e daí para o Rio Grande do Sul, onde se juntou às tropas do Tenente-General Xavier Curado, com elas colaborando nas lutas já referidas. Para o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco havia sido destacada a Divisão Auxiliadora Portuguesa, sob o comando do Tenente-General Jorge de Avilez de Souza Tavares, que foi obrigada a regressar a Portugal em 15 de fevereiro de 1823. (VAL, 1922)

No início de 1821, uma virtual independência era observada. As regiões do Brasil, passaram a dirigir-se à Corte, instalada no Rio de Janeiro, aumentando a centralização da administração do império lusitano na colônia. Adentrando em 1822, a virtual independência foi evoluindo de situação, com ela foi executado o maior projeto de fortificações de todo período colonial. A partir de tal momento, os potenciais invasores agora seriam os portugueses que ofereciam perigo à liberdade adquirida. (CASTRO, 2009)

“À entrada da barra do Rio de Janeiro existem fortalezas que a tornam respeitável, e não é de presumir que os inimigos do Brasil tentem insultar a capital pela dita barra, porque se exporiam a clarificar um grande número de tropas e embarcações, sem terem a certeza de um feliz resultado. ”

Este relato, feito por José Victorino dos Santos e Souza, publicado em 1822, sobre a *Defesa Militar da Capital do Brasil*, explana como a defesa dos principais portos do País era considerada satisfatória e eficaz.



Figura 1. Forte do Campinho. Uma das Fortificações construídas em 1822, a qual protegia os acessos à Cidade do Rio de Janeiro contra uma possível invasão desencadeada por terra, passando pelo Vale do Irajá. FONTE: Castro. Muralhas de Pedra, 2009.

Proclamada a independência, em 7 de setembro de 1822, o País tinha como principal problema a expulsão da guarnição portuguesa. Com a finalidade de consolidar a independência (1822-23), algumas medidas foram adotadas: datado em 7 de outubro de 1823, foi criado um decreto com o primeiro plano de uniformes para o Exército Brasileiro. Em 20 de fevereiro de 1824, foi criado o Quartel-General da Corte, com o governador das armas, um ajudante-general e um quartel-mestre-general. No dia 1º de dezembro de 1824, um decreto deu origem a primeira organização do Exército. (FORTES, 2001)

Neste decreto, diz-se:

Sendo muito conveniente que os corpos do Exército tomem uma organização tão regular em sua força enumeração, quanta as circunstâncias permitem:

Hei por bem que, provisoriamente, tenha execução a tabela que com esta baixa, assinada por João Vieira de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. O Conselho Supremo Militar tenha assim entendido e o faça executar.

Paço, em 1º de dezembro de 1824, 3º da Independência e do Império.

Pela referida tabela, a Artilharia constituía-se em:

- Artilharia de Posição – com 12 corpos, de 6 companhias de seis peças, cujos efetivos variavam conforme a respectiva sede;
- Artilharia Montada – com 5 corpos, com quais, exceto o 1º, que tinha mais uma companhia de condutores, eram organizados em Estado-Maior e duas companhias de seis a oito peças.

ANTIGA ORGANIZAÇÃO	ANTIGA DENOMINAÇÃO	NOVA ORGANIZAÇÃO
REGIMENTO	Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro	1º Corpo de Artilharia de Posição
	Batalhão de Artilharia do Rio de Janeiro	2º corpo de Artilharia do Rio de Posição
BATALHÕES	Batalhão de Artilharia de Posição de Santos	3º corpo de Artilharia do Rio de Posição
	Batalhão de Artilharia de Posição de Santa Catarina	4º corpo de Artilharia do Rio de Posição
	Batalhão de Artilharia de Posição da Praça de Montevideú	5º corpo de Artilharia do Rio de Posição
COMPANHIA	Artilharia da Província do Espírito Santos	6º corpo de Artilharia do Rio de Posição
	Corpo de Artilharia Provisória da Bahia	7º corpo de Artilharia do Rio de Posição
CORPOS	Corpo de Artilharia de Provisória de Pernambuco	8º corpo de Artilharia do Rio de Posição
	Artilharia do Piauí	9º corpo de Artilharia do Rio de Posição
COMPANHIAS	Artilharia do Ceará	10º corpo de Artilharia do Rio de Posição
	Artilharia do Maranhão	11º corpo de Artilharia do Rio de Posição
CORPO	Artilharia do Pará	12º corpo de Artilharia do Rio de Posição

No que respeita à sua distribuição pelo território, estacionavam:

- Na Corte.....1º e 2º Corpos de Artilharia de Posição;
- Em São Paulo.....3º Corpo de artilharia de Posição (em Santos);
- Em Santa Catarina...4º Corpo de Artilharia de Posição (em Desterro);
- Na cisplatina5º Corpo de Artilharia de Posição (em Montevideú);
- No Espírito Santos...6º Corpo de Artilharia de posição;
- Na Bahia.....7º Corpo de Artilharia de posição;
- Em Pernambuco...8º Corpo de Artilharia de posição;
- No Piauí.....9º Corpo de Artilharia de posição;
- No Ceará.....10º Corpo de Artilharia de posição;
- No Maranhão.....11º Corpo de Artilharia de posição;
- No Pará.....12º Corpo de Artilharia de posição.

Os referidos Corpos de Artilharia de Posição levam essa denominação geral – corpo – por não ser conveniente terem todos a mesma força, em atenção ao diverso número e qualidades das fortalezas de cada uma das províncias, e a posição e força militar de cada uma destas.

Na mesma oportunidade foi esclarecido que os corpos de artilharia de criação anterior, que estavam reunidos a corpos de infantaria, ficavam desligados destes. (MONTEIRO, 1939)

Conforme apresentado por Castro (2009), 22 fortes foram construídos, somente no Rio de Janeiro, e outros edificadas em várias províncias. Porém, em termos de organização militar, a separação de Portugal não foi tão radical quanto o rompimento com o passado político colonial, ocorreu mudança na Bandeira, nos símbolos nacionais e até nos uniformes, mas a estrutura básica militar não sofreu

tantas alterações em relação à implantada pela metrópole europeia ao longo de 300 anos de colonização. As províncias adquiriram tamanha autonomia que permitia, ainda em 1825, os seus comandantes de armas comprarem material bélico diretamente do exterior, fato que acarretava na falta de padronização dos armamentos, do fornecimento de munições e de peças de reposição, bem como inviabilizava o adestramento uniforme da tropa.

As Unidades de artilharia de posição relacionadas no decreto de 1824, foram empregadas na campanha da Cisplatina, particularmente as de guarnição em Montevideu, Desterro e Rio de Janeiro. Comandado pelo Major Francisco Samuel da Paz, um parque de artilharia foi organizado na região de Santa do Livramento, tendo como finalidade atender às necessidades do Exército do Sul. A composição material do parque era de dois obuses 5,5 polegadas mais dez canhões de calibre 6 e, para fazer uso desse material, foram destinadas 100 praças do 4º Corpo de Artilharia de Posição, de Santa Catarina, mais 100 praças dos Corpos de Artilharia do Rio de Janeiro. Após a assunção de comando do Exército do Sul pelo Marquês de Barbacena, este nomeou como comandante-geral da Artilharia, o Coronel Thomé Joaquim Fernandes Madeira. Então, um mês depois, em 20 de fevereiro de 1827, três baterias tomaram parte, tendo as quatro peças de calibre 6 do 4º Corpo de Artilharia de Posição, comandadas pelo Major Francisco Samuel da Paz Furtado de Mendonça, dispostas no flanco esquerdo do dispositivo brasileiro, apoiando a divisão do Brigadeiro Calado.

Ao fim de dezembro de 1828, após o desenlace da batalha travada com o Exército de Alvear, ordenando o levantamento do acampamento de São Lourenço, o General Andréa foi mandado pelo governo a Montevideu para fazer a entrega da praça e desarmá-la, conseqüentemente, os corpos de guarnição retornaram a seus quartéis na Corte e em Santa Catarina. (SILVA, 1956)

Segundo Monteiro (p. 218, 1927), “Uma relação de fortificações existente no País, em 1829, menciona a existência de 191 posições, equipadas no mínimo com 1.490 canhões, sem computar o armamento de muitos fortes não listados. ”



Figura 2. Localização e quantidade aproximada de fortes existentes no Brasil em 1829, incluindo quatro deles que hoje se localizam no Uruguai. FONTE: Castro. Muralhas de Pedra, 2009.

Após a campanha da Cisplatina, que motivou e obrigou o governo a melhorar a artilharia das fortificações, em particular, de São Paulo, Santa Catarina e a Fortaleza de Paranaguá, seguiu-se o período Regencial, em 1831, adotando medidas de economia que atingiram as fortalezas e os fortes estabelecidos por todo litoral brasileiro e nos principais acessos fluviais.

No ano de 1831, com a substituição de D. Pedro I pela Regência Provisória, foram decretadas e adotadas medidas visando a realizar rigorosa economia. Como exemplo, foi reduzido o número de unidades de artilharia de posição a cinco (1° na Corte, 2° em Santa Catarina, 3° na Bahia, 4° em Pernambuco e 5° no Pará) e redução no efetivo total das tropas. Ao final desse mesmo ano, foi determinado o recolhimento aos arsenais da maior parte dos armamentos encontrados nas Fortalezas que tiveram efetivo reduzido:

A Fortaleza de São João Conservava apenas sete canhões na bateria do lume d'água, mesmo assim, sem pessoal necessário a seu acionamento. O Forte da Laje também foi desarmado. Quanto à Fortaleza de Santa Cruz, foi determinado que fosse reduzida a meio armamento, ficando um canhão e outro sob abóbada ou rancho de palha, e desarmados inteiramente o Forte do Pico e as baterias da Praia de Fora que lhe eram subordinas, uma vez que também foram suprimidos todos os comandos dos fortes, fortins e baterias. (BRASIL, *Leis do Brasil-1831*)

Foram 33 anos de economia que tiveram como consequência a transformação de algumas fortalezas em quartéis, outras em prisões civis,

laboratórios, habitações particulares e, infelizmente, tiveram aquelas que foram deixadas em estado de total abandono, como o Forte do Pico. O relatório do Ministro da Guerra de 1859, General Manuel Feliciano de Souza e Melo, explica o abandono geral das fortalezas do País e justifica os atos de violência que a força naval inglesa vinha praticando desde 1850, com pretexto de coibir o tráfico de escravos, revistando as embarcações brasileiras e cometendo outros abusos.

De quanto os nossos antepassados nos legaram, apenas nos restam, Santa Cruz, Laje e São João, desgraçadamente em pior estado do que aquele em que as recebemos. Se na época da construção daquelas fortificações podiam elas, com vantagem, resistir a um insulto e repeli-lo, hoje, que os meios destruidores têm feito os progressos que se conhecem, força é confessar, de público, o que por ninguém é ignorado: as nossas fortificações não estão em condições de impedir a entrada de uma esquadra inimiga, ainda que pequena. (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA GUERRA - 1859)



Figura 3. Desenho do Illustrated London News, de 28 de setembro de 1850, mostrando a fragata inglesa *Cormorant*, queimando navios considerados engajados no tráfico negreiro, à vista do forte de Nossa Senhora dos Prazeres, em Paranaguá. FONTE: Castro. Muralhas de Pedra, 2009.

A intriga entre tropas inglesas e brasileiras, resultou no episódio muito triste da nossa história, ocorrido em 1862, chamado de Questão Christie. Instigado pelo naufrágio do navio *Prince of Wales* em 1861, nas costas do Rio Grande do Sul, e a prisão de três oficiais da fragata *Ford*, em 18 de junho de 1862, culminou na desagradável situação do Almirante Warren, comandante da esquadra britânica,

aprisionar, diante das fortalezas da entrada da barra da Baía de Guanabara, várias belonaves que pretendiam entrar no porto e foram conduzidos para a Enseada das Palmas, próxima da Ilha Grande. (FORTES, 2001)

Conforme Castro (2009), atrelado a esses dois fatos secundários foi, em 1863, recusado definitivamente o Tratado de Comércio e Navegação que possivelmente gerou o episódio da captura na Baía de Guanabara.

Por mais triste e desagradável, a Questão Christie, foi um grande marco e momento de mudança no pensamento do governo quanto a defesa de costa e o sistema de fortificações do país. Ocorreu uma mudança radical na política de defesa, eram observadas comissões que tinham por objetivo analisar e avaliar as condições para empregar as fortificações na manutenção da soberania nacional. Como fruto dos diversos projetos, tivemos as reformas dos fortes e recebimento de material bélico a ser empregado nos fortes e fortalezas. (CASTRO, 2009)

Outro resultado da reviravolta da Força Terrestre importantíssimo, foi a criação do Comando-Geral da Artilharia, em julho de 1865. (FORTES, 2001)



Figura 4. Embarque do 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, no Rio de Janeiro. O sentimento de mobilização popular foi despertado devido ações estrangeiras contra nossa soberania. FONTE: Castro. Muralhas de Pedra, 2009.

4 DAS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA DO PARAGUAI ATÉ A REORGANIZAÇÃO HERMES

Nesta segunda parte, o trabalho tem o intuito de explicar como a Artilharia do Exército Brasileiro se posicionou após a guerra do Paraguai. No desenvolvimento do capítulo é evidenciado a necessidade de reorganização da tropa terrestre, assim como, citado os armamentos das fortalezas e fortificações que faziam parte do plano de defesa do litoral do país que passava anos após a guerra do Paraguai, pela proclamação da República.

Durante cinco anos, praticamente, todos os esforços foram concentrados nos conflitos da Guerra do Paraguai. A Guarda Nacional era a encarregada pelo guarnecimento dos fortes, situação parecida com o período colonial. No decorrer da guerra, o sistema de fortificações foi abalado, os projetos e políticas de defesa de costa motivados pela Questão Christie não contavam com recursos, ocasionando a paralisação na reestruturação da defesa do litoral do Brasil. Porém, algumas fortificações de importante relevância para a diplomacia foram reestruturadas, como é o caso do rearmamento do Forte do Castelo, em Belém, no qual considerava-se risco de internacionalização do Rio Amazonas e se tinha uma preocupação com a evolução do relacionamento diplomático com a Bolívia, Peru e Estados Unidos. (CASTRO, 2009)

Uma alteração nos projetos de defesa costeira é bem apresentada por Castro (2009) quando este cita que a política retornava com ênfase no Exército móvel. Das lições aprendidas na guerra, é citado o episódio em que ao ser mandado os batalhões para o Paraguai, percebeu-se que a artilharia mais adequada seria a Artilharia de Campanha, no entanto, só existia um único regimento de Artilharia a cavalo – de campanha, as outras cinco unidades que formavam a artilharia brasileira da época, eram batalhões de artilharia a pé – ou de posição. Sem o devido espaço para estábulos e cavalarias nos fortes, fez com que, nos primeiros momentos das hostilidades, as peças de canhões fossem tracionadas pelos militares, tornando os deslocamentos muito lentos e fadigando a tropa somente com a logística de transporte do armamento.

Com o fim da Guerra do Paraguai, veio a noção de que novas reorganizações eram necessárias, no entanto, a realidade da reorganização de 1870 não colaborava para o desenvolvimento de um Exército móvel, mas era o início das reorganizações.

Terminada a Guerra do Paraguai, o Governo ficara de posse de preciosos ensinamentos de ordem militar e mesmo políticos, mas não se quis aproveitar da experiência duramente adquirida, limitando-se a providências frouxamente executadas e a pequenas alterações de ordem relativamente secundárias. (VAL, 1922)

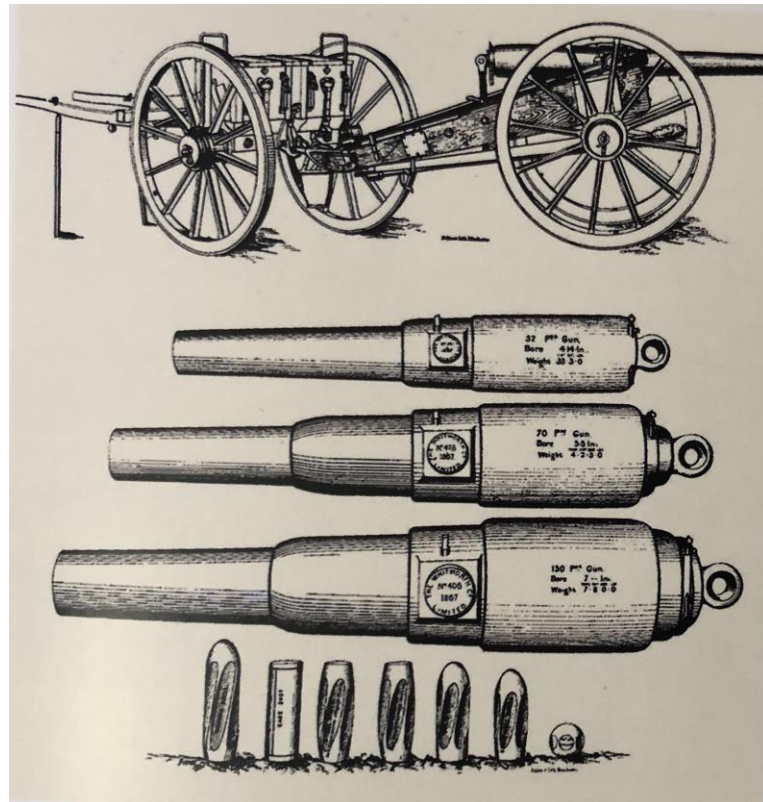


Figura 5. Canhões Whitworth, de campanha, de 32 (97 mm), de 70 (127 mm) e de 120 libras (165 mm). Mais abaixo, podem ser observados os tipos de munição. O Brasil adquiriu dezenas desses canhões e usou-os em quase todos os fortes do País, após a modernização e o rearmamento ocorridos entre 1863 e 1900. FONTE: Castro. Muralhas de Pedra, 2009.

Essa citação revela o já antes exposto. Reorganizações ocorreram até o período de 1874, porém, não demonstraram ser o alinhamento correto que o Exército necessitava. Em 18 de abril de 1874, foi aprovado por decreto uma organização da qual suprimia um batalhão de Artilharia a Pé e criava mais dois corpos de Artilharia e dois regimentos de Artilharia a Cavalo, porém, em 1883, o Governo Imperial determinou a constituição de uma comissão capacitada a estudar uma reorganização de maior amplitude para o Exército. Devido a aprovação do

decreto nº 10.097, de 1º de dezembro de 1883, a Artilharia foi desdobrada em dois ramos: Artilharia de Posição – distintivo dos *canhões cruzados* – e Artilharia de Campanha – distintivo da *bomba em chamas*. Com efetivo de 21 oficiais e 281 praças em tempo de paz, os batalhões de Artilharia de Posição, encontravam-se nas regiões do Rio de Janeiro, Corumbá, Rio Grande e Belém do Pará, os batalhões designados de 1 a 4 tinham suas sedes cada um em uma região, respectivamente. (FORTES, 2001)

Conforme apresentado por Castro (2009), os canhões *Whitworth*, oriundos de doações dos navios da Marinha, constituíam os armamentos de muitos fortes. Para a década 1870, estes canhões já eram considerados ultrapassados e o foco do Exército na evolução da característica de mobilidade da tropa, impossibilitou até o final do império a aquisição de armamentos mais modernizados para as fortificações e fortes. Algumas fortificações – Villegaignon, Ilha das Cobras e Boa Viagem – que estavam a cargo da Marinha foram rearmadas com artilharia de grosso calibre, canhões *Armstrong*. Por outro lado, no momento de grandes mudanças tecnológicas na área militar, o Exército foi na mão contrária e manteve-se desatualizado na questão de armamentos portátil. Houve aquisição de material bélico para a Artilharia de Campanha, mas a Artilharia nas fortificações e fortes encontrava-se ultrapassada e o corte orçamentário manteve inalterado os armamentos desde 1872 até a Proclamação da República. O momento de escassez que o Exército vivia, ocasionou no afastamento entre a sociedade e o regime monárquico. Com a falta de credibilidade a Proclamação da República veio à tona.

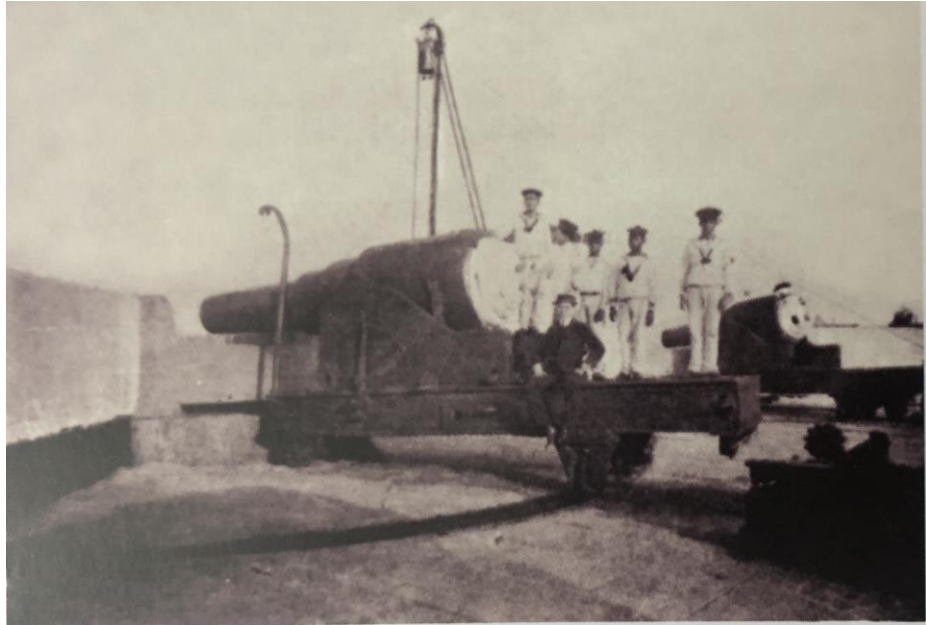


Figura 6. Canhão Armstrong de 254 mm, da Fortaleza de Villegaignon. A Marinha realizou grande compra desses armamentos, em 1874. A esquadra também cedeu 11 peças desse sistema ao Exército, que as usou para modernizar o Forte da Praia de Fora e a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói. FONTE: Castro. Muralhas de Pedra, 2009.

Sobre as fortificações e os armamentos existentes, sob comando do Exército, ao fim do Império, na obra *A República Brasileira*, Paula Cidade (1939), explana:

Não seriam, porém, as nossas velhas fortificações capazes de resistir à artilharia de que já dispunham as potências colonizadoras e não seria a artilharia dessas fortalezas um obstáculo à ação dos navios couraçados das nações conquistadoras. As fortalezas de Santa Cruz e de São João eram as mais importantes obras de defesa que possuíamos. Os portos do País achavam-se defendidas por velhas fortalezas coloniais, a maioria delas sem os necessários cuidados de conservação. As fortificações, mesmo antiquadas, estendiam-se do Amazonas a Santa Catarina. Daí para o sul não construíram mais fortes depois das lutas com os espanhóis verificada no século XVII. Existiam ainda em serviço, as seguintes fortalezas e fortes:

- No Amazonas: Forte de São Joaquim do Rio Branco, Forte de São Gabriel do Rio Negro e Ponto Militar de Santo Antônio do Rio Madeira.
- No Pará: Fortaleza de Macapá e Forte de Óbidos.
- No Maranhão: Forte de Santo Antônio da Barra e Forte de São Luiz. – No Ceará: Fortaleza de Assunção.
- No Rio Grande do Norte: Fortaleza dos Santos Reis Magos.
- Em Pernambuco: Fortaleza do Brum, Fortaleza do Itamaracá, Forte do Buraco, Forte do Pau Amarelo, Forte de Tamandaré, Forte de Gaibu e Forte de Nazareth.
- Na Bahia: Fortaleza de São Paulo, na Gamboa, Fortaleza do Barbacho, Forte de Santo Alberto, Forte de São Diogo, Forte de Morro de São Paulo, Forte de Monte Serrat, Forte de São Lourenço, em Itaparica, Forte de Santa Maria, Forte de São Marcelo e Forte de São Bartolomeu, em Itapagipe.
- No Rio de Janeiro: Fortalezas de Santa Cruz, Laje, São João, Praia de Fora, Pico e Gragoatá.
- Em São Paulo: Fortaleza da Barra de Santos e Fortaleza da Barra de Bertioga.
- No Paraná: Fortaleza de Barra de Paranaguá.

- Em Santa Catarina: Fortaleza de São João, Fortaleza da Barra do Sul, Fortaleza de Santa Cruz da Barra, Forte de Santana e Forte de Ratonés.
- Em Mato Grosso: Forte do Coimbra, Forte de Corumbá (Duque de Caxias, São Francisco e Junqueira, estes sem guarnição).

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, esperava-se continuar o declínio da eficiência da Forças Armadas do Brasil, juntamente, tinha o descaso com as arquiteturas militares deixadas como legado, conforme apresenta Magalhães (1998). Contudo, dois acontecimentos impactantes não permitiram o total descaso, a Revolução Federalista e a Revolta da Armada.

Segundo Castro (2009), “Em setembro de 1893, o episódio denominado Revolta da Armada contestava o regime então estabelecido, em momento delicado para as forças da legalidade, pois o Rio Grande do Sul, já em armas contra o Governo Central, concentrava boa parte das atenções do Exército. ”

Sobre os conflitos no transcorrer da revolta da Armada, podemos citar a eficiência dos canhões *Whitworth* ante carga de 70 (127 mm) e outros de menores calibres, além de alguns de bronze, *La Hitte*, do tipo dos usados na Guerra do Paraguai, que se opuseram aos modernos canhões de calibre 650 dos monitores *Solimões* e *Javali*, auxiliados pela Fortaleza de Villegaignon, também tomada pelos revoltos. A Armada ainda fazia uso do poderoso encouraçado *Aquidaban* que, em 1º de dezembro de 1893, junto com outros navios, deixaram a Baía de Guanabara rumo à Santa Catarina, cuja capital havia caído em mãos federalistas. Anteriormente a este fato, em novembro de 1893, o monitor *Javari* afundou pelas águas da Baía de Guanabara depois de ser atingido por um projétil de 150 da Fortaleza de São João. (FORTES, 2001)

Apesar de conflitos não serem desejáveis, a Revolta da Armada veio para evidenciar a urgência de reforma das fortalezas e fortificações. Conforme Fortes (2001):

Pelo Decreto nº 1.696, de 20 de abril de 1894, baixado imediatamente após a cessação das hostilidades, o Marechal Floriano Peixoto determinou as providências urgentes para a reparação e remodelação das fortalezas, algumas dessas extremamente danificadas e outras em completo estado de ruínas, quer quanto seus armamentos, quer quanto às obras de defesa, visando a colocá-las, principalmente as do porto do Rio de Janeiro e das fronteiras do Amazonas e Mato Grosso, em condições de, quando as circunstâncias o exigissem, preencherem eficazmente o fim a que são destinadas. Constituiu-se a comissão para formular um plano geral de defesa dos portos da República, devendo começar pelo do Rio de Janeiro.

Como fruto da remodelação das fortalezas, em 16 de abril de 1901, foi inaugurado o Forte do Imbuí, considerado o forte com os maiores canhões de cúpula do mundo. A grande cúpula possuía dois canhões *Krupp* de 280 mm C/40, tiro acelerado, e duas torres à eclipse com canhões de 75 mm C/25, tiro rápido, destinados à defesa aproximada. Consoante as reformulações, porém, com características praticamente inalteradas, quando no governo de Campos Salles, nascia a Artilharia de Costa brasileira no século XX. (FORTES, 2001)

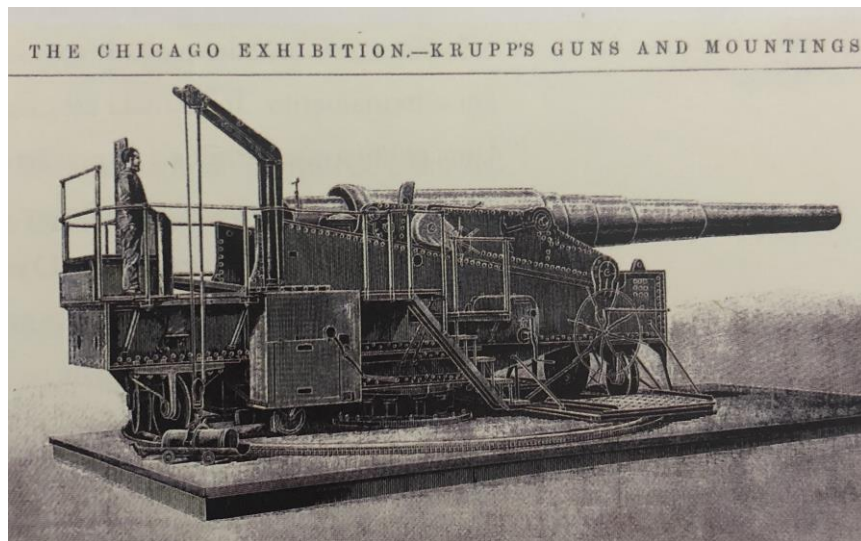


Figura 7. – Canhão *Krupp* 280 mm, fabricação alemã, encomendado para integrar o Forte do Imbuí.
 FONTE: Castro. Muralhas de Pedra, 2009.

Adestrar a guarnição do Forte Imbuí se tornou extraordinariamente caro, devido aos grandes canhões de 280 mm. Com isso, foi adquirido um tubo redutor de 75 mm para exercícios e treinamentos. Na Fortaleza de Santa Cruz, foram instalados canhões *Krupp* de 150 C/40TR, escondidos na penedia, e uma bateria sobre as casamatas, está encarregada das salvas do cerimonial marítimo, uma vez que a ela cabia executar a fiscalização em demanda da barra. Paralelamente, dois canhões de calibre 95 mm, um de 120 mm e dois *Krupp* de 150 mm C/40 foram instalados na Fortaleza São João. Em 1902, o Ministro da Guerra, General Mallet, determinou que fizessem estudos e projetos para montagem, também em São João, de uma bateria de torpedos; esse projeto foi iniciado nesse mesmo ano, sendo encomendado na Europa o respectivo material. (HISTÓRICO DA FORTALEZA DE SÃO JOÃO)



Figura 8. – Projeto da Comissão de Melhoramento. Cúpula do Forte do Imbuí, equipado com canhão *Krupp 280 mm*, capaz de defender o litoral da capital. FONTE: Castro. *Muralhas de Pedra*, 2009.

Em 1903, com a radical mudança na política de defesa do litoral, todos os canhões de carregar pela boca e alma lisa foram declarados obsoletos e as bocas-de-fogo excedentes foram vendidos como sucatas. Tal fato se deu graças à uma revolução nos assuntos militares brasileiros, que começou na virada do século. A Campanha de Canudos evidenciou a real necessidade de uma nova reorganização que possibilitasse o Exército Brasileiro atuar na conjuntura do século XX. (CASTRO, 2009)

Derivada da necessidade anteriormente citada, aconteceu a Reorganização Hermes, dando maior ênfase na articulação das forças de terra em grandes unidades, surgindo as brigadas estratégicas e a divisão territorial em 13 inspeções permanentes, substitutas dos distritos militares e antecessoras das regiões militares. Ainda, conforme explanado por Borges Fortes (1964):

Pela Lei nº 6.971 de 4 de junho de 1908, e Decreto nº 1.868, de 4 de janeiro de 1909, que a regulamentou, as unidades de artilharia de posição foram reunidas em:

- 3 Batalhões de Artilharia de Posição, a 6 baterias;
- 6 Batalhões de Artilharia de Posição, a 2 baterias; e
- 6 Baterias independentes de Artilharia de Posição.

Assim distribuídos pelo litoral marítimo e pelas vias fluviais do Amazonas, Pará e Mato Grosso. Cabe destacar:

- 1) A conservação, dentro da mais rigorosa tradição, do designativo de 1º Batalhão à unidade que guarnecia a Fortaleza de Santa Cruz (a mais antiga desse ramo da Arma).
- 2) O abandono definitivo das fortificações da barra do porto de Rio Grande.



Figura 9. – Comissão de Defesa do Litoral e Marechal Hermes da Fonseca. FONTE: Castro. Muralhas de Pedra, 2009.

A Reorganização realizada pelo doutrinador Marechal Hermes da Fonseca seguia, em termos gerais, o que antes já fora determinado pela Comissão de Defesa do Litoral em 1898. Diante das ameaças de ataque à costa, principalmente, pelos novos encouraçados adquiridos pela Argentina e Chile, os canhões de 280 mm e 240 mm, respectivamente encontrados no Forte do Imbuí e na Lage não eram mais eficientes para lograr êxito. Contudo, no programa de 1910, foram projetados os fortes do Pico e da Vigia, bem como um forte em Campinho visando a defesa terrestre, todos armados com bocas-de-fogo curtas, de 280 mm C/16. Com esses fortes e as anteriores modernizações no sistema de defesa de costa, a Capital Federal, Rio de Janeiro, era capaz de enfrentar qualquer ameaça previsível na década de 1910, mesmo que ainda sofresse limitação quanto ao domínio da técnica de tiro. (CASTRO, 2009)

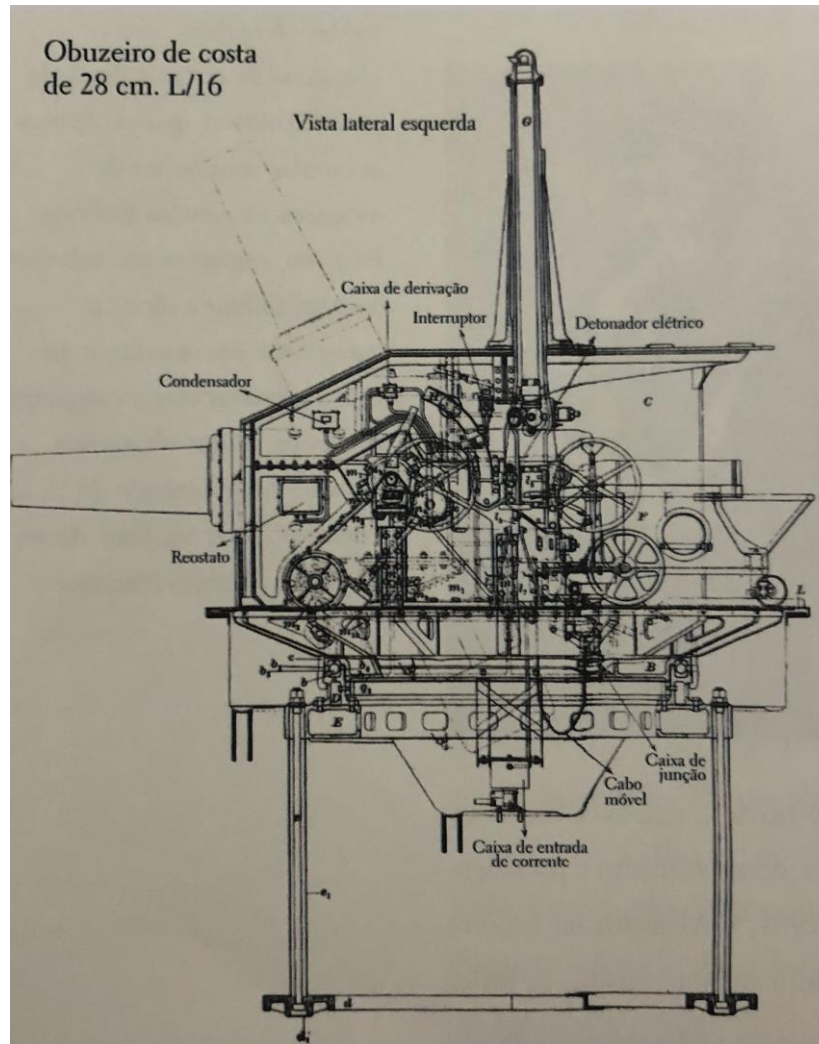


Figura 10. – Desenho do corte de seção do Obuzeiro de Costa de 280 mm. L/16. Empregado no Forte do Pico e da Vigia. FONTE: Castro. Muralhas de Pedra, 2009.

Nesse mesmo período, tivemos a glória de construir a joia das fortificações brasileiras, o Forte de Copacabana, com um certo grau de parentesco ao desenho já elaborado por Tasso Fragoso, dez anos antes.

Ainda na segunda década do século XX, o mundo teve a negativa experiência de vivenciar a Primeira Guerra Mundial (1ª GM). Tal guerra, iniciada em 1915, fez a indústria bélica disparar rumo à novas técnicas e materiais que proporcionassem vantagens no combate. A necessidade de obter vantagem para lograr êxito na guerra induz a criação de novas tecnologias.

5 DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL ATÉ A CRIAÇÃO DE BRASÍLIA

Este capítulo é a parte do trabalho em que é evidenciado a importância das relações internacionais na manutenção e modernização de armamentos de uma tropa. No desenvolvimento do capítulo é explanado os sucessos e insucessos das missões militares contratadas pelo Brasil, assim como, demonstra o modo com que o Governo brasileiro lidava com a necessidade de modernizar e reorganizar a Força Terrestre.

Com o desencadear da 1ª GM, o Exército novamente enfrentaria sensíveis modificações na sua organização geral. A guerra na Europa fez com que o padrão de organização visto nas forças envolvidas fosse adotado na força brasileira, o Ministro da Guerra, General Caetano de Faria, criou as divisões, reduziu as unidades de artilharia de posição aproveitando o efetivo para compor novas unidades de artilharia de campanha. Nessa organização, todas as fortificações de uma determinada área faziam parte de um comando local que era representado pelos batalhões. (CASTRO, 2009)

Conforme Castro (2009) explana em sua obra, o 1º Batalhão de Artilharia de Posição com sede na Fortaleza de Santa Cruz (RJ), englobou três baterias na própria Santa Cruz, uma bateria no Forte do Pico, uma bateria no Forte Imbuí e uma bateria no Forte Marechal Hermes. O 2º Batalhão de Artilharia de Posição, com sede, na Fortaleza de São João (RJ), era composto por seis baterias, sendo três delas situadas em São João, uma no Forte da Laje, outra no Forte Copacabana e a última no Forte do Vigia. Já o 3º e 4º Batalhões de Artilharia de Posição sediados, respectivamente, em Ipanema (SP) e Bahia, eram compostos por baterias concentradas em diferentes Fortes pelos estados, como: Forte da Ilha do Mel (PR), Forte Marechal Moura (SC), Forte de Coimbra (MS), Fortaleza de Óbidos (PA), Forte do Brum (PE) e Forte de São Marcelo (BA).

Até meados de 1916, o Brasil considerava-se neutro na guerra, porém, diante dos afundamentos de navios mercantes por submarinos alemães, em 26 de outubro de 1916, o Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz, declarou guerra à Alemanha. Com a declaração de guerra, um receio de ataques armados às costas brasileiras se tornava questão nos debates das autoridades e uma articulação nas unidades encarregadas de guarnecer os pontos sensíveis do litoral e as fortificações foram feitas. Surgiam-se os Grupos e Baterias de Artilharia de Costa. Esses, criaram

a necessidade de um novo escalão de comando para controlar, em certas regiões militares, as unidades de Artilharia de Costa, imprimindo-lhes uma orientação uniforme na instrução e na administração. Com o esforço principal no Rio de Janeiro, foi criado o 1º Distrito de Artilharia de Costa, subordinado diretamente ao Ministro da Guerra. O comando de tal distrito era exercido por um oficial-general combatente, oriundo da arma de Artilharia.

O Decreto nº 12.502, de 6 de junho de 1917, tem o seguinte teor:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que as fortificações da barra do Rio de Janeiro são destinadas ao desempenho de uma função comum, tendo o mesmo objetivo tático, que é a defesa da entrada daquele porto;

Considerando que por esse motivo é da maior conveniência sua subordinação aos comandos de duas regiões distintas; e que é de imprescindível necessidade a sua reunião em um comando único, decreta:

1º - Fica criado 1º Distrito de Artilharia de Costa.

2º - Esse distrito terá a seu cargo a defesa fixa da entrada do Rio de Janeiro e sua proximidade, e, portanto, compreenderá todos os elementos dessa defesa atualmente existentes, ou que venham a existir.

3º - O distrito se dividirá em dois setores: o de leste e de oeste.

4º - As forças do distrito se comporão de quatro grupos de baterias e uma bateria isolada, sendo o número daquelas e sua composição variáveis, conforme as obras de fortificação a guarnecer.

5º - Para a composição desses grupos e baterias serão aproveitadas as atuais baterias do 1º e 2º Batalhões de Artilharia de Posição, que ficaram por isso dissolvidos.

6º - O distrito será comandado por um general-de-brigada, os setores, por coronéis de artilharia e os grupos, por majores ou tenentes-coronéis da mesma arma.

7º - O comando do distrito será diretamente subordinado ao Ministro da Guerra, mantendo as diretorias de serviço e o Departamento do Pessoal da Guerra as mesmas relações que os comandos de região.

8º - A atual denominação de artilharia de posição fica substituída pela de artilharia de costa.

9º - O distrito se regerá pelo regulamento que com esta baixa, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

10º - Como consequência desta organização, dois majores ou tenentes-coronéis do quadro suplementar passarão para o ordinário. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1917, 96º da Independência e 29º da República. (BRASIL, 1917)

Ainda no ano de 1917, escalões semelhantes subordinados diretamente ao comandante da região, cujo comandante, coronel ou tenente-coronel da Artilharia, fazendo parte do QG regional, teria designação de inspetor do Distrito de Artilharia de Costa. Foi assim criado: 2º Distrito de Artilharia de Costa, Litoral Norte composto por 1º Grupo com 1ª e 2ª Baterias. 3º Distrito de Artilharia de Costa Litoral Nordeste composto por uma bateria em Fortaleza (CE), uma em Natal (RN), uma em Recife e uma em Cabedelo (PB). 4º Distrito de Artilharia de Costa, Litoral Centro-Leste composto por uma bateria em Maceió (AL) e uma em Salvador (BA). 5º Distrito de Artilharia de Costa, Litoral Sul composto por um Grupo na Fortaleza de Ataiou (SP) e

uma bateria isolada em Paranaguá somado a mais um Grupo com uma bateria em São Francisco (SP). (FORTES, 2001)

Segundo Castro (2009), ao fim da Primeira Guerra Mundial era nítida a estagnação que viria a existir a partir de 1920. Não havia superávit suficiente ou vontade política para se investir em defesas fixas. A situação mudaria novamente em 1930, sob influência de diversos fatores além da política interna e mundial. A situação econômica do mundo e do país era crítica, motivada pela revolução liderada por Getúlio Vargas e a Quebra da Bolsa de Nova Iorque. Na década de 30, a Revolução Constitucionalista de 1932, foi um conflito interno, travado em terra, em princípio não envolveria as fortificações costeiras, projetadas para enfrentar inimigos externos.

Desde 24 de outubro funcionou como governo, no Rio de Janeiro, uma junta militar, que dirigiu os entendimentos para a pacificação com as forças revolucionárias em marcha para a antiga capital federal, a qual manteve a ordem pública até que chegasse para assumir a chefia do Governo Provisório, como presidente dos Estados Unidos do Brasil, eleito e não reconhecido, esbulhado que fora por um ato de prepotência. Por seu destacado papel na condução dos acontecimentos, galgou o General Leite de Castro o Ministro da Guerra no Governo Provisório estabelecido pelo Dr. Getúlio Vargas, empossado em 3 de novembro de 1930. Nesse cargo, tentou o General Leite de Castro realizar grandes melhoramentos nas fortificações, tendo constituído uma comissão, presidiada pelo Tenente-Coronel Wolmer Augusto da Silveira, para executá-los, mas faltavam recursos financeiros para levá-los avante nessa oportunidade. No comando do 1º DAC foi empossado o General-de-Brigada Jorge França Wiedman em 30 de outubro de 1930, sendo logo após, em 8 de novembro, substituído pelo Coronel César A. P. Rodrigues, por ter sido nomeado diretor do Material Bélico. (FORTES, 2001)

Os anos Áureos da Artilharia de Costa foi o período compreendido entre 1934 e 1937, quando se é alcançado o grau de importância que uma força necessita para garantir soberania nacional. Com destaque para a evolução dos materiais e a condição para financiamento de adestramentos e missões.

Em meados de 1934, para suprir a deficiência da Missão Militar Francesa, foi contratada a Missão Militar Norte-Americana, para o ensino de técnicas de Artilharia de Costa. A Escola Técnica do Exército, destinada à formação de engenheiros militares, e um centro de estudo dos problemas de defesa de costa formavam pessoal habilitado para guarnecer as poucas fortalezas existentes ou em construção, usando novos métodos de tiro, extensamente praticados nas organizações similares de nações amigas. O contrato teve como mentor o Coronel Flavio de Queiroz Nascimento, o qual exercia o comando interino do 1º Distrito de

Artilharia de Costa. Os militares envolvidos nessa missão desempenharam importante papel no desenvolvimento inevitável da doutrina de defesa, tendo em vista o uso de aeronaves militares nos cenários de guerra. O Centro de Instrução de Artilharia de Costa (CIAC) foi instalado, provisoriamente, na Fortaleza de São João e possuía as seguintes finalidades: aperfeiçoar os oficiais que servem na artilharia de costa; formar sargentos de artilharia de costa e aperfeiçoar os que nela servem; e estudar e ensaiar, mediante diretrizes organizadas pela Inspetoria de Defesa de Costa e submetidas à aprovação do Estado-Maior do Exército, quaisquer medidas de caráter técnico de emprego da artilharia de costa, ou de instrução, que impliquem melhorar esse ramo da artilharia. (FORTES, 2001)

Ataque aos fortes por meio de aeronaves se tornou assunto na bancada de decisões de um país que desejava manter a soberania nacional. Foi no transcorrer desses pensamentos que o governo do Brasil realizou grandes encomendas de aeronaves militares.



Figura 11. – Aquisição de aeronaves pelo Força Aérea e Naval. FONTE: Castro. Muralhas de Pedra, 2009.

Segundo Castro (2009), após assinado o contrato com a Alemanha em 1937, o governo encomendou 1.080 canhões da fábrica *Krupp*, além de equipamentos diversos para Artilharia de Costa e Antiaérea, como caminhões, tratores, telêmetros, computadores de tiro e instalações de escuta. Junto, vinha a revolução com a

provisão de 75 canhões antiaéreos de 75 mm e 60 de 88 mm, que se tornariam famosos, na Segunda Guerra Mundial, na mão dos alemães.



Figura 12. – Desfile militar. Militares do Centro de Instrução de Artilharia de Costa e canhão *Krupp* representando a antiaérea. FONTE: Castro. Muralhas de Pedra, 2009.

Em 1938, uma nova reorganização demandava que a Artilharia de Costa iria compreender uma inspetoria, a Diretoria de Artilharia, com uma subdiretoria de Artilharia de Costa e uma tropa de Artilharia. Seguindo 1939, a Comissão Central de Estudos de Defesa de Costa progrediu os trabalhos de planejamento de defesa dos portos principais do país, a cargo da comissão nomeada em 1935, cujos estudos tiveram pouco desenvolvimento, dadas as perturbações da ordem interna em 1935 e 1938 e a promulgação do Estado Novo em 1937. Dela faziam parte oficiais da arma de Artilharia, engenheiros militares e elementos do CIAC. (FORTES, 2001)



Figura 13. – Propaganda do Governo Vargas. Valorizando e dando o entendimento de prioridade na modernização da estrutura. FONTE: Castro. Muralhas de Pedra, 2009.

O esforço de Guerra da Artilharia de Costa na Segunda Guerra Mundial foi bem citado por Fortes (2001):

A atitude assumida na III conferência dos Chanceleres Americanos realizada no Rio de Janeiro, em 1942, e a posterior entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial deram lugar a uma série de medidas relacionadas com a defesa do litoral, particularmente da Ilha de Fernando de Noronha e do Saliente Nordeste, paralelamente com a vigilância ativa e o patrulhamento de nossos mares costeiros, infestados de submarinos alemães e italianos que passaram a atacar nossa frota mercante e mesmo diante da hipótese de desembarque, limitado ou não, de elementos inimigos, sabotadores ou de formações suicidas, tipo comandados, particularmente no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde os elementos de origem alemã e italiana predominam. Para guarnecer diversos pontos favoráveis a desembarques, foram designadas unidades de artilharia de campanha, associadas à tropa local de pescadores, inteligentemente enquadradas por graduados. As fortificações do Norte e Nordeste serviram como pontos de primeiro destino e, algumas vezes, de acantonamento de PC dessas tropas de infantaria e a artilharia espalhadas pelo litoral. Nas barras da Baía de Guanabara e do Porto de Santos atingiram elevado grau de eficiência as medidas tomadas nas fortalezas e fortes existentes, reforçando-se o efetivo dos grupos e baterias que os guarneciam e redobrando-se os cuidados com os armamentos e outros meios de defesa. No litoral sul, foram novamente guarnecidos o Forte da Ilha do Mel, em

Paranaguá, e Marechal Moura, em Naufragados, próximo de Florianópolis, bem como teve aumento o efetivo do Forte Marechal Luz, de São Francisco do Sul, apesar do armamento antiquado de que eram dotados e da deficiência de seus aquartelamentos. Para outros pontos, como Itajaí, Imbituba, Laguna, Tramandaí e Rio Grande, foram enviados baterias e grupos de artilharia de campanha.

Durante a guerra, o fornecimento de material bélico e a parceria comercial com a Alemanha sofreu sensíveis abrandamentos, pelo motivo da impossibilidade de entrega dos armamentos alemães. Com a Missão Militar Norte-Americana, os Estados Unidos negociaram armamentos de seus depósitos, quase obsoletos. Durante a 2ª GM destaca-se a participação do 8º Grupo de Artilharia de Costa Móvel, constituindo a Bateria de Comando da AD da 1ª DIE. No período em que a Força Expedicionária passou na Itália, foram seus feitos exaltados nas diversas unidades de artilharia de costa pelo valor demonstrado pelo combatente brasileiro em tão excepcionais condições de luta, em meio estranho e contra inimigo experimentado. Com a vitória dos Expedicionários na Europa, associou-se à Artilharia de Costa às homenagens merecidas previstas às gloriosas pracinhas. (FORTE, 2001)

Com o suicídio do Presidente Vargas, em 24 de agosto de 1954, e as eleições para a sucessão presidencial do Vice-Presidente, Café Filho, deram lugar a grande turbulência política. Nessa oportunidade, a Inspeção de Artilharia de Costa e Antiaérea passou a ter denominação de Diretoria de Artilharia de Costa e Antiaérea, como órgão técnico especializado, assessor do Estado-Maior do Exército para as questões referentes à defesa de costa e defesa antiaérea. Na constituição da tropa, segundo Fortes (2001), a Artilharia contará com: “Grupo e Bateria de Canhões (campanha, costa e antiaérea), Grupo e Bateria de Obuses (campanha, costa e blindado), Bateria de Comando (AD, AC, grupamento e brigada) e Bateria de Projéteis (campanha e costa).” A Escola de Artilharia de Costa esclareceu sua subordinação total à Diretoria do Ensino do Exército.

Perdendo o foco na necessidade de modernização de equipamentos e armamentos, a Artilharia de Costa passou a evoluir na área doutrinária, com a vigência da Lei nº 2.851, de 25 de agosto de 1956, a Diretoria de Instrução do Exército fez as vezes da Diretoria de Armas, tendo como objetivo a preparação de

manuais e outras publicações destinadas à instrução das Armas e dos Serviços do Exército. Mas foi, a partir de, 1959, que os programas-padrão 4-1, 4-5, 4-6 e 4-10, de interesse das unidades de artilharia de costa foram publicados. A exemplo temos os *Manuais C 4-5 – Emprego Tático da Artilharia de Costa*, *C 4-20 – Tiro, Preparação, Segurança, Cuidado e Serviço do Material*, *C 4-10 – Tiro – Bases Gerais* e o *C 4-15 – Direção do Tiro e Levantamento*. Essa excelente contribuição possibilitou a uniforme instrução sobre artilharia de costa, que contava já por natureza com a diversidade dos materiais e equipamentos.

Com o Presidente Juscelino Kubitschek no poder, apesar de lutar contra uma forte oposição aos onerosos projetos do governo, alguns foram executados como a construção de uma nova capital no planalto goiano e o desenvolvimento da indústria nacional, especialmente da automobilística. Dessa maneira, atraiu o capital estrangeiro que impactou na economia gerando uma inflação monetária preocupante e o encarecimento do custo de vida no Brasil. Diante desse cenário, o Presidente JK passou ao Sr. Jânio Quadros, naquela época, a faixa presidencial no novo Palácio do Planalto, em Brasília. Vale ressaltar que essa cidade foi inaugurada oficialmente em 21 de abril de 1960, com grandes solenidades, contando com a presença das autoridades do país e de delegações estrangeiras. Conciliado ao exposto acima, surgiu nessa data o novo Estado da Guanabara, saudado pelas salvas de gala de todas as fortificações da barra de sua majestosa baía, em meio às manifestações entusiasmadas da população carioca. (FORTES, 2001)

6 CONCLUSÃO

Com a análise do exposto nos capítulos anteriores, a conclusão desse trabalho objetiva evidenciar que a evolução bélica no ramo da Artilharia de Costa e fortificações, no período entre 1808 e 1960, capacitou a Força Terrestre brasileira a defender o litoral de forma eficiente. Um ponto relevante, verificado nos acontecimentos explanados nesse trabalho, é o fato da soberania nacional passar por momentos de manutenção, porém, esteve sempre mantida.

Iniciando as evidências, em 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, a colônia portuguesa atentava à ameaça de um ataque das forças napoleônicas e o estabelecimento de fortificações artilhadas com armamentos capazes de conflitar com as belonaves francesas se tornou foco no plano de defesa da capital Rio de Janeiro. Com isso, a primeira grande organização do Exército de 1824 fez com que as fortificações desenhadas nos planos de defesa do litoral saíssem do papel e fossem construídas. Armadas com obuses de 5,5 e 6 polegadas, as arquiteturas militares construídas no Rio de Janeiro ultrapassaram as duas dezenas. Esses canhões foram fatores importantes no resultado positivo que o Exército do Sul obteve na Guerra da Cisplatina, finalizada em 1828, evidenciando a eficiência na defesa do país. Após o início da Regência, em 1831, políticas de economia ocasionaram em mais de 30 anos de corte orçamentário destinado às fortalezas e fortificações, porém, em 1863, a modernização e rearmamentos dessas arquiteturas militares voltaram ao foco do alto escalão devido os acontecimentos do episódio conhecido como Questão Christie.

Juntamente com o pensamento de modernização do sistema de fortificações, surgiu uma ideia totalmente contrária, o Exército necessitava da característica de mobilidade da tropa. Tal ideia estagnou o investimento em material bélico para a defesa do litoral até a última década do século XIX. Entretanto, no ano de 1893, no episódio conhecido como a Revolta da Armada, os já envelhecidos canhões Whitworth em conjunto com os antigos canhões de bronze usados na Guerra do Paraguai lograram êxito sobre os navios da Armada brasileira tornando evidente, mais uma vez, que a evolução dos materiais bélicos encontrados nas fortalezas e fortificações foram eficientes para a defesa do litoral do país.

No início do século XX, a Artilharia de Costa contou finalmente com uma reorganização e modernização que resultou na construção da jóia das fortificações, o Forte Imbuí, possuindo os maiores canhões de cúpula do mundo, os canhões Krupp 280 mm. Somado ao Forte Imbuí, novos fortes foram construídos devido ao plano de defesa do litoral de 1910, tal sistema de defesa possibilitou ao Brasil causar dissuasão no cenário internacional. Verificando os acontecimentos históricos, no período da 1ª GM, a defesa do litoral brasileiro não teve modernizações das fortificações, porém, obteve uma nova rearticulação que possibilitou a criação dos Grupos e Baterias de Costas. Já na 2ª GM, a Artilharia de Costa teve sua atuação marcada pela defesa do litoral perante os submarinos e belonaves alemães e italianas que apovavam os navios mercantes brasileiros na Baía de Guanabara. Na ocasião da segunda Guerra Mundial, é verificado não só a eficiência dos canhões Krupp na defesa do litoral, como também, observa-se a excelente atuação do 8º Grupo de Artilharia de Costa Móvel. Do fim da 2ª GM até a inauguração do Distrito Federal, a Artilharia de Costa destinou seus esforços para a área doutrinária, criando manuais que possibilitassem o aprendizado do emprego para defesa da costa.

Por fim, pode-se inferir que a necessidade de modernizar e reorganizar a Artilharia de Costa brasileira foi uma consequência direta dos conflitos e guerras que a Força Terrestre participou. Essas participações ocasionaram diferentes resultados e tomadas de decisões no âmbito Exército Brasileiro, porém, a certeza é de que o país sempre manteve a soberania nacional em pleno exercício, evidenciando como a evolução dos materiais bélicos encontrados nas fortificações e empregados na Artilharia de Costa proporcionaram uma eficiente defesa do litoral brasileiro no período entre 1808 e 1960.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Deoclecio Paranhos. Estudo da História Carioca. Coleção Cidade do Rio de Janeiro, v. 8. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação e Cultura.

BORGES FORTES, Heitor. Velhos Regimentos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1964.

BRASIL – Leis do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico, 1831.

CASTRO, Alder Homero Fonseca de. Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2009.

FORTES, Hugo Borges. Canhões Cruzados. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

MAGALHÃES, João Batista. A Evolução Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MONTEIRO, Jônatas Rego, **SILVA**, Faustino Tancredo da. Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939.

PAULA CIDADE, Francisco de. O Exército Brasileiro no período colonial. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo especial, 1922, p. 688.

_____. A República Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939.

RELATÓRIO DO MINISTRO DA GUERRA. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1859.

SILVA, Luiz Manoel Lima e. A Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1956.

VAL, Nilo. Formação do Exército Brasileiro e Sua Evolução no Século XIX. Rio de

J
a
n
e
i
r
o